

ENTRE LIMA E MINHO E GALIZA NA IDADE MÉDIA: UMA RELAÇÃO DE AMOR E ÓDIO

Amélia Aguiar ANDRADE *

Antes de mais, há que clarificar o âmbito espacial levado em conta no desenvolvimento deste texto bem como algumas limitações que esta abordagem necessariamente tem de apresentar. Assim, vai considerar-se, antes de mais, como área de observação o Entre Lima e Minho, o qual tem como limites naturais a norte e a sul o curso dos rios que formam o seu designativo, a leste as serras da Peneda e do Soajo e a oeste, o Oceano Atlântico. Uma região fortemente caracterizada pela hidrografia, pelo relevo e pelo mar que ajudam a demarcar um claro contraste entre duas áreas distintas, a *montanha* e a *ribeira*. Sendo que a primeira compreende toda a parte interior, mais montanhosa, que por isso se caracteriza por ser uma zona de contactos mais difíceis, agreste, fechada e menos propícia à instalação humana enquanto a segunda, constituída pelo o litoral e pelos vales dos rios Minho e Lima surge como um espaço mais aberto, favorável à circulação, receptivo a contactos e influências e cujas condições naturais surgem especialmente adequadas à implantação de comunidades humanas¹.

A caracterização da região portuguesa considerada permite de imediato concluir que a palavra Galiza contida no título deste trabalho deve ser considerada espacialmente restrita, compreendendo sobretudo a zona hierarquizada pela presença do rio Minho, desde que este encontra o Sil até chegar à sua foz ou seja, parte dos territórios medievais de Límia e Toronho que dois importantes centros episcopais, Tui e Orense, balizavam. E onde se manifesta também um forte contraste entre a zona localizada mais a montante, bastante acidentada e o vale do baixo Minho onde coexistem os terrenos planos com as zonas de interflúvios, onde se podem encontrar altitudes intermédias².

A caracterização das regiões consideradas aponta para uma zona de óbvio contacto -o verdadeiro espaço de enquadramento deste texto- que é predominantemente, uma área de vale, ordenada pelo curso do rio Minho. Intensamente navegável durante quase toda a Idade Média, quer entre as suas margens quer no sentido montante-juzante e vice-versa, este eixo fluvial era o *pólo ordenador de uma área que reunia condições mais do que suficientes não só para uma intensa ocupação mas também para o estabelecimentos de múltiplos e diversificados contactos*.

Esclarecido o âmbito espacial considerado devem ainda enunciar-se alguns outros condicionalismos da abordagem proposta, a qual mais não é do que uma das possíveis vertentes de análise - algumas já enunciadas e desenvolvidas por medievistas galegos³- que a problemática das relações entre a Galiza e o norte de Portugal na Idade Média pode sugerir. E que naturalmente, exprime o lado português da questão, deixando que as conjunturas vividas pelo Portugal medieval protagonizem as interpretações apresentadas.

A visão que se vai apresentar surge condicionada, de forma óbvia, pela disponibilidade documental, a qual, para o Entre Lima e Minho medieval faz recordar uma sugestiva imagem enunciada por Georges Duby em relação aos textos que compulsionou, pois na verdade é também constituída pelos ...*destroços de um completo naufrágio*....⁴ Com efeito, os documentos que é possível reunir apresentam-se escassos e descontínuos espacial e temporalmente caracterizando-se por uma esmagadora ausência de documentação de produção eclesiástica e concelhia e pelo claro protagonismo dos textos de emissão régia, na sua maioria resultantes da relação rei-concelhos - que para os monarcas, ao longo da Idade Média, se foram assumindo como interlocutores privilegiados - e eivadas sobretudo de preocupações jurídico-administrativas, especialmente relacionadas com a legitimação da posse e gestão de bens imóveis ou com o assegurar da doação e usufruto de privilégios e direitos que ajudavam a cimentar o papel social de indivíduos, instituições e comunidades⁵.

Não admira portanto que a análise não possa ser esclarecedora sobre o quotidiano da relação vivida entre ambas as margens do rio Minho ao longo da Idade Média ou que reserve um papel diminuto aos homens que aí viveram. Com efeito, a partir das informações recolhidas o que pode constatar-se é, antes de tudo e principalmente, a ocorrência de uma permanente tensão resultante do confronto entre naturais e ancestrais tendências de aproximação vividas pela população local e uma orientação oposta, protagonizada por um poder régio interessado em criar na região condições propícias para a construção de uma oposição em relação ao território de Além Minho.

Enunciados os limites e a orientação predominante desta exposição chegou o momento de recuar um pouco no tempo, mais não ainda até à Idade Média mas antes até ao Portugal de Quinhentos, quando *Leviathan* ou seja, o Estado, vivia as suas vésperas⁶, o que se traduzia num afã de procura de maior exactidão expressa num conjunto de acções que visavam contar, inventariar, actualizar e regulamentar. Preocupações que estiveram na origem da primeira contagem dos habitantes do reino, o chamado *Numeramento de 1527* ou que justificaram a multiplicação de tombos e inventários⁷. Que conduziram à reforma uniformizadora dos forais que abrangeu toda a rede concelhia⁸. E que promoveram a multiplicação do *corpus* legislativo e regulamentador de emissão régia⁹.

É nesse vasto e diversificado conjunto de acções que devem inserir-se os cuidados com a exacta delimitação das fronteiras do reino que deram origem a demarcações cuidadosas, como a que teve lugar nos anos de 1537 e 1538 por toda Beira, em Trás-os-Montes e no Minho¹⁰. Enviados do rei especialmente mandatados para o efeito, percorreram então essas zonas confinantes com Castela dirigindo-se às sedes dos concelhos em procura de textos conservados localmente que os pudessem informar sobre os tradicionais limites considerados entre os dois reinos vizinhos¹¹.

Puderam então constatar a total inexistência nas câmaras locais, de qualquer tipo de documento capaz de os elucidar sobre o que pretendiam¹². Uma ocorrência que tornou inevitável o recurso a um processo desde sempre muito difundido para o esclarecimento e resolução de questões sobre o âmbito espacial de exercício de poderes jurisdicionais: a feitura de uma inquirição. Uma prática que em Portugal se filiava numa longa tradição que teve os seus pontos altos nos

grandes inquéritos régios do século XIII, as denominadas *Inquirições Gerais*, ordenadas por monarcas como Afonso II, Afonso III e D. Dinís¹³. Um método que, numa escala mais modesta e simplificada, foi amiudadamente utilizado, nos séculos medievais e mesmo depois, para clarificar todo o tipo de questões, desde mais relevantes até às por demais insignificantes¹⁴.

Uma vez verificada a falta de documentos comprovativos, os enviados do rei procederam, nas sedes concelhias, à execução desses inquéritos, ouvindo para esse efeito quer os magistrados municipais quer outros indivíduos, especialmente chamados para responderem às perguntas que consideraram indispensáveis para elucidar as questões que ali os tinham trazido¹⁵. Tratava-se, neste último caso, de homens idosos - atribuem-se-lhe setenta, oitenta, noventa ou mesmo cem anos¹⁶ - que, devido às suas longas vidas e variadas experiências surgiam como por demais qualificados para garantirem informações seguras, reveladoras de situações e de práticas de grande continuidade temporal. Vindos do termo, habitando as freguesias directamente confrontantes com o território vizinho, estes anciãos tinham ainda a vantagem de se confrontarem quotidianamente, com a existência da demarcação¹⁷.

Os depoimentos recolhidos pelos oficiais régios no seu itinerário inquiridor pela zona raiana e contidos nos chamados *Livros do Tombo das Demarcações de Trás-os-Montes e Dantre Douro e Minho* -as referentes ao Entre Lima e Minho preenchem o livro LVII¹⁸ - manifestavam com alguma clareza, as situações contraditórias anteriormente apontadas bem como a ambivalência de que se revestiam as vivências fronteiriças. Com efeito, deles emergia uma inequívoca noção da existência de dois espaços distintos, Portugal e Galiza - atente-se que não se registaram referências ao reino de Castela propriamente dito, o que vem confirmar a atribuição de uma identidade específica ao território galego -a qual, surge um pouco mais óbvia para os que viviam nas margens do rio Minho do que para os que habitavam as localidades mais interiores. Com efeito, grande parte dos inquiridos revelava um conhecimento razoável das zonas galegas que lhe eram contíguas, sendo capazes de individualizar, toponimicamente, um conjunto variado de elementos paisagísticos¹⁹.

Todavia, quando se exigia maior precisão no determinar das linhas divisórias, tudo perdia clareza, o que em grande medida podia ser o resultado da quase total ausência de marcas materiais específicas dessa oposição tais como cruzeiros, marcos ou lajes, o que propiciava a ocorrência de pontos de soberania indeterminada, confusa, duvidosa e até ancestral e quotidianamente disputada como acontecia com as ilhas e ínsuas do rio Minho ou com alguns caminhos de penetração na zona de montanha²⁰.

A noção de demarcação veiculada pelas testemunhas inquiridas caracterizava-se ainda por assentar sobre um âmbito essencialmente local, associável ao exemplo que lhes era mais próximo e familiar de delimitação de espaços jurisdicionais ou seja, ao *termo* concelhio. Assim, a delimitação entre Portugal e os *lugares de galiza* era sobretudo o resultado de uma oposição entre os *termos* dos distintos centros urbanos que bordejavam ambas as margens do rio Minho ou que se opunham nas alturas das serras da Peneda e do Soajo²¹. Esta redução de uma oposição entre reinos a um antagonismo entre concelhos se bem que possa ser o resultado do tipo de testemunhas inquiridas- magistrados

locais ou indivíduos por eles indicados- ou do conteúdo das questões formuladas que o texto não explicita, aponta para a manutenção ainda mesmo no século XVI, das tendências de contacto anteriormente enunciadas, que faziam com que uma separação fronteiriça possa ser, em grande parte, encarada como uma divisória entre *vizinhos*, sendo que este designativo deva ser aqui considerado no seu sentido medieval, ou seja de *vizinho de um concelho*. Uma noção que, se por um lado revela oposição não deixa também de sugerir contactos de natureza e intensidade por demais variáveis.

Delimitações cuja visualização, para esses homens de Quinhentos continuava a fazer-se, tal como acontecera com os seus ancestrais medievais, tendo como pontos de referência elementos da natureza espontânea ou transformada pela mão do homem - acidentes de relevo, vegetação, água, culturas, auxiliares de produção, etc²²- e na qual o rio Minho assumia um vincado protagonismo pois constituía, simultaneamente, um elemento de contacto e de separação, ajudando a delinear uma clara *linha* de oposição²³. Na área montanhosa, eram os tradicionais caminhos de transumância que desempenhavam esse papel de eixo propiciador de ligações e/ou de afastamentos²⁴. Realidade concreta para os habitantes de Entre Lima e Minho que tinham sido chamados a prestar testemunho, a separação em relação à Galiza tendia a reduzir-se, quando passada a escrito, a uma sucessão de topónimos, que na maior parte dos casos, parecem ordenar-se de acordo com um determinado percurso²⁵.

Mas, nos depoimentos recolhidos, as testemunhas tendiam ainda a considerar importante mencionar que para elas, a demarcação entre a Galiza e Portugal, passava também pelo modo como se relacionavam com os seus vizinhos de Além Minho, ou seja, pelas vivências fronteiriças, que pareciam caracterizar-se por atitudes e práticas claramente contraditórias que podem ser exemplificadas através de dois expressivos relatos transcritos pelos inquiridores. Assim, os homens ouvidos em Monção vangloriavam-se de *...espancar e meter em Regra...*²⁶ os galegos que se atreviam a lançar redes de pesca em área considerada portuguesa enquanto os inquiridos em Valença expressavam atitudes bem diferentes, uma vez que afirmavam que cada um dos lados da fronteira respeitava os seus respectivos espaços de tal modo que tinham *...tão boa vizinhança com os de Tuy que desta villam casam em Tuy e os de Tuy casão em esta vila...*²⁷

A situação encontrada ainda no século XVI, caracterizada pelo intenso localismo no estabelecimento da linha divisória e por vivências em que coexistia a aproximação e a repulsa, isto é, o amor e o ódio não pode causar estranheza, pois revelava a continuidade da tensão anteriormente mencionada, resultante de distintas pulsões, uma centrífuga associável aos quotidianos vividos pelas populações locais e outra, centrípeta, protagonizada pelo rei e sobretudo pelos seus oficiais que actuavam na região. E atesta ainda a dificuldade com que o Entre Lima e Minho se deparou, durante a Idade Média, para aprender a olhar a Galiza como diferente, oposta e inimiga. O que não pode surpreender, se se recua no tempo e se recorda que foram decisões de cariz exclusivamente político e militar que separaram estas duas margens do rio Minho.

Um processo que teve o seu início em 1096 com a outorga do Condado Portucalense a Henrique de Borgonha e que ganhou um ímpeto irreversível quando seu filho, Afonso Henriques, assumiu a chefia dessa entidade política

em 1128, o qual, reforçado e legitimado pelas suas vitórias militares contra o inimigo muçulmano e sobretudo com a inequívoco sucesso da profunda incursão em território islâmico que se saldou pelo significativo triunfo de Ourique em 1139, logrou o reconhecimento da sua autonomia por parte de Afonso VII em 1143, o que veio confirmar a separação entre a Galiza e o Entre Lima e Minho, este último desde então definitivamente integrado no reino português²⁸.

Assim as duas margens do rio Minho tiveram que proceder a um progressivo e claro contrariar de naturais e ancestrais forças de atracção em favor de uma repeleção que abrisse caminho à sua maior identidade com as entidades políticas em que se inseriam, uma sintonia que surgia ainda como mais indispensável nos momentos, numerosos nas centúrias medievais, de enfrentamento mútuo. Assim, o Entre Lima e Minho -a Galiza viveu por certo, um processo semelhante- passou a integrar-se em estratégias régias mais globais, postas em prática com adaptações regionais e conjunturais em todas as áreas periféricas do reino português com as quais se procurava contrariar a manifestação de forças centrífugas capazes de comprometerem a afirmação de soberania em regiões por demais vitais em momentos de conflito. Estratégias de antagonismo cujo desenvolvimento, ao longo da Idade Média, e para o caso do Entre Lima e Minho, revela a ocorrência de fases distintas.

A primeira, estende-se *grosso modo* entre 1130, data da primeira incursão de Afonso Henriques sobre a Galiza e 1199 quando Sancho I abandonou as cidades de Tui e Pontevedra que tinha ocupado dois anos antes²⁹. Um período que correspondeu a uma inequívoca instabilidade bélica resultante do facto dos monarcas considerarem a zona de além Minho como parte integrante das suas pretensões de alargamento territorial do reino³⁰. A sucessão de enfrentamentos militares ocorridos nas duas margens do rio Minho trouxeram-lhes um cíclico renovar da presença da violência no quotidiano das suas gentes que tiveram de passar a encarar-se mutuamente como inimigas.

E teve ainda como corolário a reorientação do enquadramento militar do Entre Lima e Minho destinado a prever e defender ataques vindos da zona galega, remetendo assim definitivamente para o passado as preocupações com ataques muçulmanos vindos do sul. O que se traduziu no reforço da defesa das principais estradas e passagens fluviais mediante o recurso a fortalezas roqueiras - Castro Laboreiro, Froiã, Pena da Rainha e Santa Cruz entre outros - onde se instalavam nobres da confiança dos monarcas, os quais, encabeçados pelo *tenens* regional, procuravam assegurar uma eficácia bélica que se respaldava, em grande medida no empenho das populações instaladas na área, a quem competia a prestação de variadas formas de apoio a esses pontos fortificados. Datam também desta cronologia as concessões de carta de foral a Melgaço e Contrastá, com as quais se pretendia a constituição de pólos ordenadores urbanos nas zonas mais decisivas do enfrentamento com a Galiza³¹.

Uma outra fase estende-se entre o limiar do século XIII e o dealbar da centúria seguinte e caracterizou-se por um claro esbater das disputas territoriais, facto que não pode ser dissociado de uma progressão territorial em direcção a sul vivida pelas monarquias ibéricas nesta cronologia e que afastou as potenciais áreas de conflito da zona Noroeste. Por outro lado, o fim da *Reconquista* portuguesa, ocorrido em 1249 com a conquista do Algarve proporcionou aos monarcas maior

disponibilidade para levarem a cabo estratégias de consolidação da ocupação efectiva do território e de afirmação da sua autoridade³².

No caso do Entre Lima e Minho a efectivação de sucessivas vagas de *Inquirições* durante o século XIII revelou uma situação preocupante pois para além de uma impressionante implantação senhorial a região registava uma forte penetração galega polarizada na mitra tudense a quem cabia o enquadramento religioso da zona, na presença patrimonial de importantes mosteiros -entre os quais sobressaia o cenóbio cisterciense de Oia - e ainda pela instalação de numerosas famílias nobres cujo solar de origem estava em terras galegas. E se as ocorrências mencionadas não fossem por demais suficientes para acentuarem as tendências centrífugas das populações raianas do Alto Minho, era ainda na Galiza que se localizavam prósperos núcleos urbanos tais como Tui e Orense, capazes de se assumirem, sobretudo para uma região de escassa vitalidade urbana, como pólos ordenadores económicos, culturais e até políticos³³.

Tendências que os monarcas portugueses procuraram minorar criando condições para o desenvolvimento de uma rede urbana - datam desta cronologia os significativos apoios a Melgaço, Monção e Valença e a formação das póvoas de Caminha e Cerveira - uma estratégia que na óptica régia apresentava uma dupla vantagem, uma vez que permitia não só contrariar a forte preponderância senhorial - em que se destacava a disseminada presença da nobreza galega - mas sobretudo orientar para a alçada régia a administração, fiscalidade e potencialidades económicas de uma área que apresentava um significativo dinamismo humano e económico.

Uma opção que propiciava ainda aos monarcas a possibilidade de se oporem à importante hegemonia de centros episcopais como Tui e Orense e de responderem à afirmativa intervenção da autoridade régia castelhana na Galiza que, por essa altura, fomentava o desenvolvimento de núcleos urbanos na margem norte do rio Minho³⁴. Uma intervenção que encontrou o seu natural complemento nas campanhas construtoras com as quais se procurou dotar os nóveis núcleos urbanos com estruturas defensivas eficazes que pudessem ainda servir para consolidar a noção de uma linha de oposição ao reino vizinho, tal como a criteriosa escolha das comunidades a apoiar revelava³⁵.

A estratégia aplicada neste período cronológico necessitava, para comprovar a sua eficácia, de uma conjuntura de paz e prosperidade que permitisse o pleno desabrochar de núcleos urbanos ainda incipientes. Ora o século XIV e as primeiras décadas de Quatrocentos foram por demais agrestes para o Entre Lima e Minho e para a sua vizinha Galiza pois para além de viverem a fase depressiva comum a todo o Ocidente cristão foram ainda cenário de recorrentes confrontos bélicos tais como a guerra de 1336-39, as guerras fernandinas de 1369-71 e de 1372-73 e por fim os embates com Castela que D. João I protagonizou em 1384-85 e mais demoradamente entre 1385 e 1393³⁶.

As margens do rio Minho voltaram portanto a ser um espaço em disputa, ocupado intermitentemente por exércitos destrutivos, confrontando-se com limitações de circulação, com perdas de cultivos, com interrupções dos circuitos comerciais, com elevadas perdas humanas³⁷. Transformado em cenário de decisivos combates para a sobrevivência do reino, o Entre Lima e Minho depressa aprendeu a tirar vantagens do empenhamento que lhe era exigido no esforço de

guerra - multiplicaram-se nesta altura as anúduvas para a reparação e construção de muralhas e outros edifícios fortificados³⁸ - logrando obter para as suas comunidades urbanas concessões de vantajosos privilégios ou de alargamentos de termos que os monarcas agradecidos não lhe recusavam³⁹. Noutras alturas porém, como durante as guerras fernandinas ou durante a primeira campanha do mestre de Avis na região, viveu dilemas difíceis, talvez por vezes dilacerantes, pois a origem galega de muitos nobres que aí se implantavam e eram responsáveis pelos castelos e fortalezas da região tornavam complexas certas escolhas e tomadas de posição⁴⁰.

Desta conjuntura adversa, a zona emergiu demograficamente deprimida como é atestado pela transformação de várias localidades raianas - para as quais se tinha esperado uma evolução próspera - em coutos de homiziados, um processo pelo qual se procurava promover a recuperação de quantitativos populacionais perdidos⁴¹. Mas a guerra da independência de finais do século XIV, a mais longa e destrutiva para ambos os lados do rio Minho parecia no entanto, ter tido repercussões significativas na vivência fronteiriça⁴². A desorganização dos contactos, a limitação das possibilidades de circulação, a continuidade da necessidade de encarar os vizinhos do outro lado do rio como inimigos, as violências dos exércitos ocupantes, devem ter ajudado a desenvolver sentimentos de animosidade que aconselhavam a maior afastamento⁴³. Tal como parece ser comprovado pelo afã de muitos portugueses em desfazerem-se, no limiar do século XV, de bens imóveis possuídos em Tui ou na zona raiana⁴⁴.

A paz definitiva entre Portugal e Castela assinada em 1411 afastou definitivamente os cenários de guerra das bordas do rio Minho⁴⁵. E abriu caminho a um período em que se torna clara a secundarização dos conflitos fronteiriços entre as duas coroas nesta zona. Uma fase que, em Portugal, coincide com uma estabilização espacial do rei na região centralizada por Lisboa e que tem como consequência a valorização das fronteiras beirã e alentejana -por elas se tinha acesso mais rápido e directo à zona central do reino -em detrimento das localizadas mais norte. Mas a centúria de Quatrocentos correspondeu ainda ao adensar do enquadramento administrativo do reino mediante o aperfeiçoamento e/ou desdobramento das estruturas administrativas, as quais tenderam a constituir a sua rede de implantação a partir de um vértice central ou seja, o rei⁴⁶.

Regiões como o Entre Lima e Minho surgiram então como claramente excêntricas, não só devido à sua posição geográfica no contexto global do reino mas também e principalmente porque passavam a sê-lo em relação a instituições administrativas enquadradoras sediadas na imediata proximidade do monarca, sendo que esta última ocorrência era propiciadora de situações de maior ineficiência da implantação e do funcionamento dos instituições administrativas⁴⁷. Assim, e tal como aconteceu com a maioria das zonas fronteiriças do reino, as preocupações régias tenderam circunscreverem-se à manutenção da eficácia da linha de pontos fortificados -atente-se às campanhas de manutenção das fortalezas da zona empreendida por D. João II⁴⁸- e a procurarem garantir o assentamento de uma rede de barreiras fiscais capazes de garantirem, através das cobranças de taxas e direitos, o usufruto para a coroa dos rendimentos sobre a circulação trans-fronteiriça de pessoas e bens⁴⁹. O interesse régio pelas zonas fronteiriças, tendeu assim a confinar-se a aspectos militares e fiscais, o que

ajuda a explicar as importantes doações feitas, ao longo do século XV, a grandes magnates do reino de direitos e poderes régios sobre zonas de confinamento com o reino vizinho. Assim aconteceu no Entre Lima e Minho, onde significativas concessões à casa de Bragança, nomeadamente dos castelos e alcaldarias de Melgaço e Castro Laboreiro, atestavam a perda de valor estratégico da região⁵⁰.

A prolongada conjuntura de paz vivida a partir de 1411, contudo, tornou as diferenças menos nítidas e permitiu por certo, o retomar de contactos e de ancestrais afinidades, capazes de manterem a sua vitalidade mesmo quando fortemente contrariadas por políticas centralizadoras. Um re-encontro que nem mesmo a perda de uma língua quase inteiramente comum - o estreitar da submissão da Galiza ao poder castelhano no século XV contribuiu para a imposição junto das populações locais, sobretudo através da via administrativa, de uma outra língua - conseguia minimizar⁵¹.

Na verdade, os elementos de ligação eram desde sempre muitos⁵² e foram permanecendo ao longo de toda a Idade Média, manifestando-se de forma tímida mas contínua na documentação disponível para ambas as margens do rio Minho. Passavam por uma grande similitude na organização da paisagem natural, pelas afinidades climáticas que talhavam verões e invernos iguais, nas culturas que se promoviam e que geravam idênticos ritmos do calendário agrícola⁵³, pela intensa circulação de pessoas e bens através do curso do Minho que tanto recorria às barcas de passagem como à proximidade cúmplice de ínsuas, ilhotas e vaus⁵⁴. Gentes que se uniam através das mesmas devoções⁵⁵, e que encontravam uma especial protecção no túmulo do apóstolo Santiago⁵⁶. O rio Minho parecia por vezes, unir duas margens de uma só região, uma vez que para os que nela habitavam, os patrimónios se dispersavam por ambos os lados⁵⁷, se exercia o ofício em qualquer um dos seus núcleos urbanos⁵⁸, era comum a prática de iludir os oficiais fronteiriços para melhor se contrabandearem mercadorias ou para fugir à justiça⁵⁹. Para os que habitavam o Entre Lima e Minho, a Galiza era um local onde se ia trabalhar⁶⁰, rezar, folgar, pagar as rendas⁶¹, professar⁶², casar⁶³, e até era o local onde se encontrava a última morada, como acontecia com os que queriam ser sepultados em mosteiros aí localizados⁶⁴. Mas a Galiza e os galegos eram ainda local e protagonistas de conflitos e violências, tão característicos deste tipo de vizinhança fronteiriça⁶⁵.

Uma proximidade que parece ser confirmada pelo semelhança das petições apresentadas pelos núcleos urbanos portugueses e galegos a Afonso V, quando este, em 1462, realizou a sua simbólico percurso por terras de Entre Douro e Minho. Nas cartas de privilégio concedidas pelo monarca em resposta a esses pedidos ficavam visivelmente consignadas condições que permitiam a fluidez de contactos entre as comunidades raianas⁶⁶. Preocupações do mesmo tipo estavam ainda presentes nos róis de capítulos especiais apresentados pelas vilas minhotas nas assembleias de cortes que foram tendo lugar no decorrer do século XV⁶⁷. Na verdade, a oposição política dificilmente poderia contrariar, na totalidade, a complementaridade que ambas as margens de um rio sempre têm de ter.

Apesar de sacudidas por simultâneas forças centrípetas e centrífugas as gentes da Galiza e do Entre Lima e Minho foram mantendo na sua pacatez de zonas esquecidas pelos que mandavam nos seus respectivos reinos, uma especial forma de relacionamento que se manteve quase intacta até aos dias de hoje.

E que tanto podia explodir violentamente em dias de romaria como remeter-se a tranquilas complicidades geradas pela que se partilhava, pelos filhos que se casavam ou pela habilidade em ludibriar as autoridades fiscais. E que encontravam um momento único, à hora do sol posto, na foz do rio Minho, quando a mesma luz unia a Galiza ao Entre Lima e Minho.

* Departamento de História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Este texto apresenta com a maior profundidade que a escrita sempre permite, as ideias apresentadas na conferência proferida na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela em 22 de Abril de 1997.

¹ Vd. Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval*, dissertação doutoramento dact., Lisboa, FCSH-UNL, 1994, pp. 57-66 (no prelo).

² Vd. Augusto Pérez Alberti, *A Xeografia*, Vigo, Galaxia, 1986, pp. 160-170.

³ Vd. Ermelindo Portela e M^a Carmen Pallares, «La investigación histórica sobre la Edad Media en Galicia» in Justo G. Beramendi (coordenador), *Galicia e a historiografía*, Santiago, Tórculo Edicións, 1993, pp. 79-106.

⁴ Cf. Georges Duby, *A história continua*, Porto, Asa, 1992, pp. 25-26.

⁵ Vd. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 9-36.

⁶ Vd. António Manuel Hespanha, *As vésperas de Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII*, Lisboa, 1986.

⁷ Sobre o Numeramento de 1527 consulte-se por todos João José Alves Dias, *Gentes e espaços*, Lisboa, FCG/INICT, 1996.

⁸ Sobre o processo de feitura da reforma dos forais consulte-se o estudo de M^a José Mexia Bigotte Chorão, *Os forais de D. Manuel. 1496-1520*, Lisboa, ANTT, 1990. Uma visão global da cronologia e da cartografia dos novos forais concedidos por D. Manuel pode ser encontrada em Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, *O século de Ouro (1495-1580)*, Lisboa, Verbo, s/d, pp. 212-217. Sobre os objectivos pretendidos pelo monarca com a reforma dos forais consulte-se Nuno Gonçalo Monteiro, «A sociedade local e os seus protagonistas» *História dos municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, direcção de César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 31-37.

⁹ Vd. Diogo Ramada Curto, «A cultura política» in *No Alvorecer da Modernidade*, coord. de Joaquim Romero de Magalhães, vol. III de *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 130-132 e também António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Almedina, 1982, pp. 356, 502 entre outras.

¹⁰ Sobre a questão das fronteiras nesta cronologia leia-se Joaquim Romero de Magalhães, «O enquadramento do espaço nacional» in *O Alvorecer da Modernidade*, coord. de Joaquim Romero de Magalhães, vol. III de *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 24-35.

¹¹ Vd. TT, *Núcleo Antigo*, n.º 289 (doravante TT, NA 289), fls. 152, 164, 172 entre outros.

¹² Cf. como um exemplo o que se passou em Melgaço: ...e com elles catey o cartoryo da camara e nom tynhão nenhū papell que fallase na demarcaçan com galiza... in TT, NA 289, fl. 154v^o. Note-se que o processo de actuação dos inquiridores se repete sem alterações em todas as localidades visitadas.

¹³ Os monarcas recorreram com frequência à feitura de inquirições no entanto, as de âmbito mais alargado tiveram lugar sobretudo nos séculos XIII e XIV. Cf. Luís Krus, «Inquirições» in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1986, tomo I, pp. 343-344.

¹⁴ Como exemplo de inquirição destinada a esclarecer importantes questões patrimoniais pode considerar-se a conjunto levado a efeito a quando das questões geradas pela herança de Gonçalo Garcia de Sousa nos finais do século XIII e exploradas por Luís Krus no seu trabalho «O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sosas» in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 59-99. Outro exemplo interessante é o do vasto conjunto de inquéritos efectuados nos concelhos por Fernão de Pina nos últimos anos do século XV e que se destinavam a preparar a reforma dos forais. Cf. apenas como um entre muitos TT, *Gaveta XX*, maço 12, nº 22. Mas também os assuntos mais restritos e comezinhos podiam implicar a feitura de uma inquirição tais como a elucidação das propriedades de um mosteiro numa determinada freguesia. Cf. como exemplo *Archivo Historico Nacional* (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta nº1815, nº9 (1306, Junho, 1, Valença). Ou o esclarecimento da propriedade de uns bois tresmalhados na zona fronteiriça de Valença. Cf. *Archivo Catedral de Tuy, Protocolos Notariales*, nº 25, fls. 239-240 (1464, Setembro, 30).

¹⁵ Cf. TT, NA 289, fl. 153: *...e asy lhes fiz outras mais perguntas necessaryas...*

¹⁶ Cf. TT, NA 289, fls 155 e 178 entre outros. O recurso a homens idosos era corrente neste tipo de inquéritos. Cf. Luís Krus, *ob. cit.*, pp. 74-76. Sobre o significado das idades mencionadas pelas testemunhas bem como sobre a valorização da velhice na sociedade medieval consulte-se Luís Krus, «Atitudes face à inovação/tradição na sociedade medieval» in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos* Redondo, Patrimonia, 1994, pp. 26-32.

¹⁷ O depoimento destas testemunhas destinava-se a confirmar ou retificar a demarcação estabelecida a partir dos depoimentos dos oficiais concelhos. Daí o interesse em recorrer a testemunhos directos - *de vysta*, como refere o documento- das situações vividas. Uma vez que o processo é comum a todas as localidades veja-se como exemplo TT, NA 289, fls. 154vº-155.

¹⁸ Cf. TT, NA 289, Verifique-se as cotas dos volumes dedicados a outras regiões raianas em M^{do} Carmo Jasmins Dias Farinha e M^a de Fátima Dentinho Ó Ramos, *Núcleo Antiigo. Inventário*, Lisboa, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1996, pp. 45-47.

¹⁹ Este conhecimento é mais claro e pormenorizado nos oficiais concelhos que chegam até a relatar algumas circunstâncias relacionadas com magnates galegos que senhoriavam as zonas raianas. Inquiridos em Melgaço referiam que ouviram dizer que o rio Minho nascia na Galiza *...acima da cidade de lugo...* (TT, NA 289, fl. 153) enquanto os de Cerveira descreviam a vizinha vila da Guarda como dispoendo de muralha e sendo da jurisdição do bispo de Tui (Idem, fl. 176).

²⁰ As referências a marcas materiais destinadas a sancionar a divisória são muito escassas se se atender à extensão da área em observação, no entanto sabe-se que elas eram correntemente utilizadas em todos os tipos de demarcação espacial, quer se trate de coutos, de termos concelhos ou de separações entre reinos. Cf. para o último caso que é o que tem a haver com a temática deste texto Rita Costa Gomes, «A construção das fronteiras» in *A Memória da nação*, org. de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Sá da Costa, 1989, pp. 367-68 e ainda da mesma autora «Sobre as fronteiras medievais: a Beira» sep. de *Revista de História Económica e Social*, 21, Lisboa, 1987. A disputa dos caminhos de penetração de montanha ressalta nos depoimentos recolhidos em Castro Laboreiro (TT, NA 289, fl. 157) enquanto a contenda em torno das águas do rio e das suas ínsuas e ilhotas fica evidente nos inquéritos realizados em Monção, Valença, Caminha e especialmente em Cerveira, devido a existência de uma ilhota, a Boega, susceptível de bom aproveitamento agrícola (cf. TT, NA 289, fls. 166, 173vº, 181vº e 177vº-178).

²¹ Cf. como um exemplo pois a situação repete-se em todas as localidades inquiridas TT, NA 289, fl. 176. Esta ocorrência já foi referenciada para cronologias anteriores e para outras zonas fronteiriças. Cf. Rita Costa Gomes, *ob. cit.*, p. 61.

²² Leia-se um exemplo relativo a uma delimitação mencionada em Castro Laboreiro: *...começando na rybeira de braros ao porto do salgeirall e des hy ao porto das fontes e des y deixa o ryo e vay per a galiza a hû marco que hy sta ao pe de hû frexo e da hy.....até o porto de meyjoanes em agoa do porto do malhão todo pela agoa abaixo...* (TT, NA 289, fl. 156v°).

²³ O rio Minho está presente em depoimentos colhidos em todas as localidades sendo as referências mais numerosas obviamente, nos inquéritos realizados nos concelhos ribeirinhos. Cf. TT, NA 289, *passim*.

²⁴ Cf. TT, NA 289, fls. 156v°-157.

²⁵ Trata-se de uma particularidade que pode ser detectada em muitas outras situações. Cf. Luís Krus, «O rei herdeiro dos condes: D.Dinis e a herança dos Sousas»..., p. 77.

²⁶ Cf. TT, NA 289, fl. 166.

²⁷ Cf. TT, NA 289, fl. 173v°.

²⁸ Cf. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 149-168 bem como toda a bibliografia específica citada nas respectivas notas.

²⁹ Cf. cronologia dos confrontos bélicos e das ocupações mútuas em Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 445-448.

³⁰ Vd. Amélia Aguiar Andrade, «A estratégia afonsina na fronteira Noroeste» in *2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso. vol. II- A política portuguesa e as suas relações exteriores*, Guimarães, Câmara Municipal/Universidade do Minho, 1997, p. 83.

³¹ Esclareça-se a estratégia afonsina para a região em Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 83-93. A acção interventiva de Sancho I no Entre Lima e Minho pode ser conhecida em Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira...*, pp. 172-175, 212-213 e 230-236.

³² Vd. Amélia Aguiar Andrade, «Estado, território e 'administração régia periférica'» in *A génese do estado moderno no Portugal tardo-medieval*, organização de A. Carvalho Homem e M^a Helena da Cruz Coelho, Lisboa, Universidade Autónoma, 1998 (no prelo).

³³ Aspectos desenvolvidos em Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira...*, pp. 237- 322.

³⁴ A estratégia de Afonso III e D. Dinis para o Entre Lima e Minho pode ser sumariamente apreendida em Amélia Aguiar Andrade, «Um empreendimento régio: a formação e desenvolvimento de uma rede urbana na fronteira noroeste de Portugal durante a Idade Média» in *Penélope-Fazer e Desfazer a História*, n° 12, Lisboa, 1993, pp. 121-125 e melhor aprofundada em Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira...*, pp. 327-375 e ainda em «A estratégia dionisina na fronteira noroeste» in *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval-As relações de fronteira no século de Alcanises*, Porto (no prelo).

³⁵ Informações obtidas a partir da comunicação apresentada por Mário Barroca nas *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval- As relações de fronteira no século de Alcanises* cuja publicação das Actas se aguarda para muito breve.

³⁶ Cf. A. H. Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, volume IV de *Nova História de Portugal*, direcção de A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão, Lisboa, Presença, 1987, pp. 495-541 e ainda João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1997, tomo II, pp. A-i a A-xii. Veja-se ainda Humberto Baquero Moreno, «A campanha de D. João I contra as fortalezas da região de Entre Douro e Minho» in *Revista da Faculdade de Letras-História*, II série, Porto, vol. II, pp. 45-57.

37 Ver a cronologia dos confrontos bélicos na bibliografia citada na nota anterior bem como os sugestivos relatos de Fernão Lopes. Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, edição crítica de Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, pp. 101-107 e *Crónica del Rei dom João I*, edição de William Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, tomo II, pp. 15-17, 29-37, 188-190, 275-280, 287-289, 356-375. As consequências das guerras do século XIV apontadas no texto podem ser comprovadas para Melgaço em Humberto Baquero Moreno, «O concelho de Melgaço no tempo de D. João I» in *Revista de Ciências Históricas*, vol. IV, Porto, 1989, pp. 149-163. As destruições nos edifícios fortificados da zona devem ter sido por demais significativas - o castelo de Valença ficou reduzido a chão (TT, *Leitura Nova, Além Douro*, livro 2, fl. 143) - pois nos primeiros anos do século XV procedia-se a reparações que implicaram a contribuição monetária de toda a região. Cf. TT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 197-197vº.

38 Em documento datado de 1370 menciona-se a ocorrência de uma anúduva e construção de barbacã em Valença da qual D. Fernando isentou os moradores no julgado de Froião. É ainda referida a anterior intenção de D. Pedro de levar a efeito a construção de um castelo no julgado de Froião semelhante ao de Lindoso. Cf. TT, *Chancelaria D. Fernando*, livro 1, fls. 59-59vº. Em 1374 realizaram-se obras na muralha de Viana, cf. TT, *Chancelaria D. Fernando*, livro 1, fl. 156vº e Arquivo Municipal de Viana do Castelo, *Foral Grande*, fls. 44vº-47. Em 1379 estavam em curso obras nas fortalezas da região. Cf. TT, *Chancelaria D. João I*, livro 2, fls. 197-197vº.

39 Assim aconteceu com Ponte de Lima que obteve um alargamento do termo em 1369 para além de outras concessões. Cf. Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Horizonte, 1990, p. 245. No mesmo ano Valença conseguia que o julgado de Froião fosse incluído no seu termo, o que foi depois confirmado por D. João I. Cf. respectivamente TT, *Chancelaria D. Fernando*, livro 4, fls. 48-48vº e *Chancelaria D. João I*, livro 1, fl. 164. Em 1385 Monção recebeu do rei metade da terra de Valadares como termo bem como a confirmação da sua condição reguenga. Vd. respectivamente TT, *Chancelaria D. João I*, livro 1, fl. 159 e *Leitura Nova, Além Douro*, livro 1, fls. 71-71vº. Atente-se ainda ao caso de Melgaço exemplarmente elucidado por Humberto Baquero Moreno na obra citada na nota nº 37.

40 Entre os nobres galegos a desempenharem funções importantes contavam-se Fernão Peres Churrichão - foi alcaide do castelo de Melgaço em 1382 (TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 4, fl. 26), no mesmo ano recebeu as rendas do cabido de Tui em Portugal (Idem, livro 2, fl. 91vº); Lopo Gomes de Lira - recebeu a terra de Froião em 1381 (TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 4, fl. 28vº), era meirinhomor do Entre Douro e Minho em 1376 (TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fl. 188), cargo que mantinha em 1382 (Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos do século XV*, Friestas, gaveta 7-B, maço 1, nº2) e ocupava Ponte de Lima em 1385 quando D. João I atacou a vila (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, pp. 29-37); Afonso Gomes de Lira - o monarca concede-lhe em 1371 o terra de Froião (TT, *Chancelaria D. Fernando*, livro 1, fl. 69); Álvaro Pires de Castro - em 1371 recebeu as vilas e castelos de Viana e Caminha (TT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 1, fls. 73-73vº); Estevão Anes Marinho - recebeu a terra de Valadares em 1374 (TT, *Chancelaria D. Fernando*, livro 1, fls. 148vº-149) e o castelo de Castro Laboreiro (TT, *Chancelaria D. Fernando*, livro 1, fl. 191). Estas presenças podem explicar as tomadas de posição a favor de Castela assumidas pelos concelhos do Entre Lima e Minho em 1383-85. Consulte-se Mª José Ferro Tavares, «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385» in *Revista de História Económica e Social*, nº 12, Lisboa, 1983, pp. 45-90, principalmente o mapa da página 86.

41 Caminha passa a couto de homiziados logo em 1406 depois de uma infrutífera tentativa de promover a recuperação demográfica da vila através da concessão de vantagens a povoadores vindos de fora. Cf. respectivamente Humberto Baquero Moreno «Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa» in *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Presença, 1986, p. 112 e TT, *Chancelaria de D. João I*, livro 2, fls. 177-177vº. Ainda em 1430 a zona continuava a denotar problemas de povoamento o que levou o mosteiro de Fiães a pedir ao rei que propicie, através da concessão da isenção de pagamentos de fintas e talhas, a vinda de dez homens de fora do reino. Cf. TT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fl. 118vº. Este facto explica a passagem de Melgaço a couto de homiziados em 1431. Cf. Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, p. 116 bem como a tentativa, na mesma altura, de povoar a quintã de Lanhelas através da outorga de privilégios a quinze lavradores. Cf. TT, *Chancelaria de D. João I*, livro 4, fls. 130vº-131.

- ⁴² Trata-se de uma ocorrência mais generalizada. Cf. José Mattoso, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998, pp. 17-18.
- ⁴³ A situação é invocada pelos moradores de Melgaço. Cf. Humberto Baquero Moreno, « O concelho de Melgaço no reinado de D. João I » ..., pp. 155-157.
- ⁴⁴ Assim aconteceu por exemplo, com o escudeiro Soeiro Gomes, morador na freguesia de Tangil que vendeu uma herdade localizada no termo de Tui em 1417. Cf. Archivo Catedral de Tuy, *Protocolos Notariales*, Juan Rodríguez, I, fls. 1-1vº ou de um morador em Caminha que alienou, no mesmo ano, casas que possuía em Tui. Cf. *Idem*, fls. 33vº-35. Também se detectam situações inversas ou seja, de galegos que vendem bens localizados no Entre Lima e Minho. Cf. *Idem*, fls. 30vº-31vº entre outros.
- ⁴⁵ Cf. A. H. Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 550-564.
- ⁴⁶ Vd. Amélia Aguiar Andrade, «Estado, território e 'administração régia periférica' » ... onde estes aspectos são aprofundados.
- ⁴⁷ Vd. Amélia Aguiar Andrade, «Estado, território e 'administração régia periférica' » ... onde estes aspectos são aprofundados.
- ⁴⁸ Cf. TT, *Leitura Nova, Além Douro*, livro I, fls. 26-26vº. Sobre os surtos construtivos de finais da Idade Média e do período manuelino consulte-se Rafael Moreira, «A época manuelina» in *História das fortificações portuguesas no mundo*, direcção de Rafael Moreira, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 91-142.
- ⁴⁹ Vd. João Cordeiro Pereira, *Para o estudo das alfândegas em Portugal*, Lisboa, FCSH-UNL, 1983, p. 24 ; Ana Maria Pereira Ferrelira, *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385-1481)*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1982, pp. 52-65 e ainda Joaquim Romero de Magalhães, « O enquadramento do espaço nacional » ..., pp. 32-33.
- ⁵⁰ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder: A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990, os quadros intitulados 1- Bens imóveis, direitos e rendas da Casa de Bragança-A) Doações régias e 2-Privilégios, cargos e títulos recebidos pela Casa de Bragança (1384-1483-B) Casa de Bragança. Note-se que os monarcas reservavam para si tudo o que tinha a ver com a zona litoral, nomeadamente as vilas que asseguravam o domínio dos estuários dos rios Lima e Minho ou seja, Viana e Caminha, áreas de óbvias potencialidades económicas.
- ⁵¹ Vd. María del Carmen Sánchez Carrera, *El bajo Miño en el siglo XV. El espacio y los hombres*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1997, p. 30.
- ⁵² Convém sempre recordar que para além de afinidades geográficas a Galiza e todo o Norte de Portugal beneficiam de heranças culturais com muitos pontos em comum geradoras de semelhanças e propiciadoras de contactos.
- ⁵³ Vd. Mª Carmen Pallares e Ermelindo Portela, *El Bajo Valle de Miño en los siglos XII y XIII. Economía agraria y estructura social*, Santiago de Compostela, 1971 e Amélia Aguiar Andrade, *Vilas, poder régio e fronteira...*, pp. 237-321.
- ⁵⁴ As barcas de passagem estão documentadas desde o século XII (cf. Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 156 e 158). Existentes em todas as localidades fronteiriças - Caminha, Cerveira, Valença, Monção e Melgaço - no entanto, apenas a que ligava Valença e Tui se encontra satisfatoriamente documentada dispondo-se dos contratos de arrendamento, a partir dos quais se pode conhecer os preços cobrados pelo transporte de pessoas e mercadorias. Cf. Archivo Catedral de Tuy, *Pergameos*, carpeta 14, nº1 (1377, Março, 28); *Protocolos Notariales*, papel, Alonso Fernandez, fls. 20vº-21 (1460, Março, 31); *Protocolos Notariales*, nº 25, fls. 138vº-139 (1483, Abril, 1) e *Pergameos*, carpeta 9, nº 20, este último documento está publicado em Ernesto Iglesías Almeida, *Los Antiguos "portos" de Tuy y las barcas de pasaje a Portugal*, Tuy, 1984, pp. 71-75 e em Elisa Ferreira Priegue, *Los caminos medievales de Galicia*, Ourense, Museo Provincial, 1988, pp. 68-72. Nos inquéritos realizados para a delimitação fronteiriça no século XVI, as menções as barcas de passagem são frequentes. Cf. TT, NA 289, *passim*.

⁵⁵ A forte presença patrimonial de instituições religiosas galegas era o corolário dessas devoções. Veja-se, apenas como exemplos, a doação a Tui efectuada por um morador na freguesia de Cerdal em TT, *Colegiada de Valença*, maço 5, nº 9 e a testação a Oia de um morador em Valença em Archivo Histórico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta 1822, nº 19. Uma visão de conjunto destas presenças galegas no século XIII pode ser detectada em Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, pp. 312-318. Para as centúrias seguintes consulte-se José Marques, «O Censal do Cabido de Tui para o Arcebispo da Terra da Vinha-1321» e «O mosteiro de Oia e a granja da Silva no contexto das relações luso-castelhanas dos séculos XIV-XV» in *Relações Entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa, FCG/NICT, 1994, pp. 65-103 e 205-233. Note-se que no último quartel do século XIV e no limiar da centúria seguinte alguns destes patrimónios estão em erosão demonstrando que para estas comunidades, a implantação em Portugal e consequentemente a sua popularidade, eram residuais. Cf. Archivo Catedral de Tui, *Becerro Negro*, fls. 111vº a 113vº (1507-alienação dos bens do mosteiro de Sta Ovaia das Donas). e *Pergameos*, carpeta 9, nº 24 (1474, Outubro, 22-venda dos bens do mosteiro de Tomiño).

⁵⁶ Sobre a importância do culto a Santiago no norte de Portugal consulte-se José Marques, *O culto de S. Tiago no Norte de Portugal*, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, 4 (1992), pp. 99-148 e Alcina Manuela de Oliveira Martins, *Os votos de S. Tiago no Norte de Portugal (sécs. XII-XV)*, Pontevedra, Xunta de Galicia, 1993.

⁵⁷ Ocorrência válida não só para instituições religiosas mas também para particulares quer se trate de nobres - atente-se ao exemplo de Lopo Gomes de Lira que possuía moinhos no termo de Ponte de Lima (Archivo Catedral de Tui, *Becerro Negro*, fl. 147) - como para não privilegiados tal como acontecia, entre outros exemplos, com o mercador de Valença, Domingos Esteves. Cf. Archivo Catedral de Tui, *Protocolos Notariales, pergameo*, Juan Rodriguez, (1475, Julho, 23).

⁵⁸ Colhem-se exemplos de galegos a habitarem nos núcleos urbanos da região em TT, *Colegiada de Valença*, maço 3, nº 26 e *Leitura Nova, Além Douro*, livro 1, fls. 235vº-236vº. Portugueses a habitarem localidades galegas são confirmados por documentos transcritos em, por exemplo, Archivo Catedral de Tui, *Protocolos Notariales*, nº 25, fl. 147.

⁵⁹ Para os galegos, o Entre Lima e Minho era a zona mais próxima para exílio em resultado de fuga à justiça podendo causar problemas devido ao seu comportamento. Cf. TT, *Leitura Nova, Além Douro*, livro 1, fls. 25vº-26 e também *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 20, fl. 43vº. Tal como a Galiza o era para os portugueses. Cf. apenas como um exemplo TT, *Chancelaria de D. João II*, livro 12, fl. 101vº.

⁶⁰ É o caso dos que iam vender gado (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 90) ;dos mercadores (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, nº 20, documento 11 e TT, *Leitura Nova, Extras*, livro 1, fls. 74-75vº) ou dos que iam trabalhar a terra (Archivo Catedral de Tui, *Protocolos Notariales*, nº 25, fl. 146vº).

⁶¹ Assim acontecia com os que ocupavam propriedades do cabido de Tui e que tinham ainda de se deslocarem a essa cidade para a feitura dos documentos. Cf. como um exemplo entre outros Archivo Catedral de Tui, *Protocolos Notariales, pergameo*, *Pedro da Lagea*, fl. 10vº. Circunstância idêntica ocorria com os foreiros do mosteiro de Melón que periodicamente iam ao mosteiro. Cf. Archivo Histórico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta 1825, nº 11.

⁶² Em 1425, no mosteiro de S. Domingos de Tui podiam encontrar-se um frei Estevão da Pena da Rainha e um frei João de Cerveira. Cf. Archivo Catedral de Tui, *Protocolos Notariales, pergameo*, *Lourenço Peres*, libro unico, s/nº. No mosteiro de Oia detecta-se a presença de monges naturais do Entre Lima e Minho. Cf. Archivo Histórico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta nº 1836, nº 11, entre outros exemplos.

⁶³ Cf. Mª Helena da Cruz Coelho, «As relações fronteiriças galaico-minhotas à luz das Cortes do século XV» in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII, Porto, 1990, p. 68.

⁶⁴ Cf. como um exemplo, o caso de um clérigo residente em Valença que assim o determinava no seu testamento. Cf. Archivo Histórico Nacional (Madrid), *Clero, Oya*, carpeta 1830, nº 12.

⁶⁵ Cf. apenas como um exemplo entre outros a carta de perdão de Gil Caldeira, morador em Monção. Cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 36, fl. 13 ou as queixas do concelho de Melgaço em relação a arruaças provocadas por galegos fugidos à justiça. Cf. TT, *Leitura Nova, Além Douro*, livro 1, fl. 25vº-26. Consulte-se ainda Humberto Baquero Moreno, «Áreas de conflito na fronteira galaico-minhota no fim da Idade Média» in *Actas del II Coloquio Galaico- Minhoto*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1985, tomo I, pp. 53-65.

⁶⁶ Vd. José Marques, « Relações económicas do Norte de Portugal com o Reino de Castela, no século XV» in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa, FCG/JNICT, 1994, pp. 12-24.

⁶⁷ Cf. M^a Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, pp. 59-70.